

Cadeia Produtiva Bovina no Pantanal Sul-Mato- Grossense: Diagnóstico Participativo



Embrapa

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Cadeia Produtiva Bovina no Pantanal Sul- Mato-Grossense: Diagnóstico Participativo

**Sandra Aparecida Santos
Arnaud Leonard Jean Desbiez
Antônio Márcio Buainain
Urbano Gomes Pinto de Abreu
Daniela Santos
Roberto Aguilar Machado Santos Silva
Regina Célia Rachel dos Santos**

Editores

Embrapa Pantanal
Corumbá, MS
2008

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Pantanal

Rua 21 de Setembro, 1880
79320-900, Corumbá, MS Caixa Postal 109
Fone: (67) 3233-2430
Fax: (67) 3233-1011
Home page: www.cpap.embrapa.br
E-mail: sac@cpap.embrapa.br

Supervisão editorial: *Marçal Henrique A. Jorge e Suzana Maria de Salís*
Normatização bibliográfica: *Viviane de Oliveira Solano*
Projeto gráfico: *Regina Célia Rachel dos Santos*
Editoração eletrônica: *Regina Célia Rachel dos Santos*

Capa: *Regina Célia Rachel dos Santos*
Foto: *Sandra Aparecida Santos*

1ª edição

Versão online (2008)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

Embrapa Pantanal

Cadeia Produtiva Bovina no Pantanal Sul-Mato-Grossense: diagnóstico participativo/ Editado por Sandra Aparecida Santos [et al]...[recurso eletrônico] - Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2008.
62 p.

ISBN 978-85-98893-11-2

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso:

<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/download.php?arq_pdf=Livro032>

Título da página da Web (acesso em 10 de mar 2009)

1. Bovinos de Corte. 2. Cadeia produtiva. I. Santos, A. A. II. Desbiez, A.L.J. III. Buainain, A.M. IV. Abreu, U.G.P. de V. Santos, D. VI. Silva, R.A.M.S. VII. Santos, R.C.R.

CDD 636.2 (21. ed.)

© Embrapa 2008

Comissão Organizadora

Aldalgiza Inês Campolin
Ana Maria Dantas de Maio
Arnaud Leonard Jean Desbiez
Christiane R. Congro Bertodi
Daniela dos Santos
Ernande Ravaglia
José Aníbal Comastri Filho
José Carmelo Barbosa
Jorge Antonio Ferreira de Lara
Pierre Girard
Nanci de Pinho e Silva
Raquel Soares Juliano
Regina Célia R. dos Santos
Reynaldo S. Brandão Pereira
Roberto Aguilar M. S. Silva
Sandra Aparecida Santos
Sandra Mara Araújo Crispim
Suzana Maria De Salis
Thierry Ribeiro Tomich
Urbano Gomes Pinto de Abreu

Organização

Embrapa Pantanal
Centro de Pesquisa do Pantanal

Apoio

Sindicato Rural de Corumbá
Embrapa
Ministério da Ciência e Tecnologia

Parceiros

Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER)
Agência Estadual de Sanidade Animal e Vegetal (IAGRO)
Associação Brasileira de Pecuária Orgânica (ABPO)
Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD)
Banco do Brasil (BB)
Conservation Breeding Specialist Group (CBSG)
Embrapa Gado de Corte (CNPGC)
Embrapa Informática (CNPTIA)
Embrapa Sede
Faculdade Salesiana de Santa Teresa (FSST)
Federação de Agricultura e Pecuária de MS (FAMASUL)
Grupo JBS -FRIBOI
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
(IBAMA)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Instituto Gênese
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Navimix - Suplementos Minerais e Rações Ltda
OK Distribuidora
PANTAGRO
Prefeitura Municipal de Corumbá
Royal Zoological Society of Scotland (RZSS)
Sindicato Rural de Campo Grande
Sindicato Rural de Corumbá
SOCIL
Sociedade de defesa do Pantanal (SODEPAN)
Tortuga Cia. Zootécnica Agrária (TORTUGA)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universitá di Torino, Itália
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
(UNIDERP)
Wildlife Conservation Society (WCS)
WWF-Brasil
WWF-Bolívia

Autores

Sandra Aparecida Santos

Zootecnista, Doutora em Produção Animal
Embrapa Pantanal,
Rua 21 de Setembro, 1880, Caixa Postal 109,
79320-900, Corumbá, MS
(67) 3233-2430
sasantos@cpap.embrapa.br

Arnaud Leonard Jean Desbiez

Biólogo, Doutor em Ecologia
Embrapa Pantanal,
Rua 21 de Setembro, 1880, Caixa Postal 109,
79320-900, Corumbá, MS
(67) 3233-2430
adesbiez@hotmail.com

Antonio Márcio Buainain

Professor Assistente da Universidade Estadual de
Campinas – UNICAMP e Doutor em Ciência
Econômica
Universidade Estadual de Campinas - Núcleo de
Economia Agrícola.
Cidade Universitária Zeferino Vaz, s/n
Cidade Universitária
Caixa-Postal: 6135
13083-970 - Campinas, SP - Brasil -
(19) 35215749 Fax: (19) 35215752
buainain@eco.unicamp.br

Daniela dos Santos

Analista e Relações Públicas
Embrapa Pantanal,
Rua 21 de Setembro, 1880, Caixa Postal 109,
79320-900, Corumbá, MS
(67) 3233-2430
daniela@cpap.embrapa.br

Regina Célia Rachel dos Santos

Assistente e Bacharel em Ciências Contábeis
Embrapa Pantanal,
Rua 21 de Setembro, 1880, Caixa Postal 109,
79320-900, Corumbá, MS
(67) 3233-2430
regina@cpap.embrapa.br

Roberto Aguilar M.S. Silva

Médico Veterinário, Doutor em Bem Estar Animal
Embrapa Pantanal,
Rua 21 de Setembro, 1880, Caixa Postal 109,
79320-900, Corumbá, MS
(67) 3233-2430
roberto.aguilar1@terra.com.br

Apresentação

O documento “Cadeia Produtiva Bovina no Pantanal Sul – Mato-Grossense: Diagnóstico Participativo”, que tenho a honra de apresentá-lo, é o resultado de um trabalho em grupo, onde participaram os principais representantes dessa cadeia produtiva, com o objetivo de elencar e apresentar sugestões para minimizar os gargalos do sistema de produção de carne na região do Pantanal.

Neste particular, as informações nele contidas representam a posição e os anseios dos diversos atores dessa cadeia que estão preocupados com as mudanças que vem ocorrendo, cada vez mais, em ritmo acelerado, no cenário mundial. O documento mostra que o conhecimento das novas tendências mundiais e dos novos mercados demandará dos técnicos e produtores uma nova postura de produção e mercadológica.

Diante dessa nova conjuntura econômica que se acena para a região do Pantanal, onde tanto a competitividade como a sustentabilidade no setor pecuário estão cada vez mais dependentes da redução dos custos de produção, fica clara a necessidade de mais discussões conjuntas com todos os atores dessa cadeia produtiva.

José Anibal Comastri Filho
Chefe-Geral da Embrapa Pantanal

Sumário

Cadeia Produtiva Bovina no Pantanal Sul-Mato-	
Grossense: I Workshop participativo	11
Resumo	11
Capítulo 1 - Palestras	14
Alianças mercadológicas e a pecuária bovina de corte no Pantanal – Roberto Aguilar M.S. Silva.....	14
Competitividade, sustentabilidade e cadeia produtiva bovina no Pantanal – Sandra Aparecida Santos	17
O futuro do agronegócio e as perspectivas para a cadeia da carne bovina – Antonio Márcio Buainain	21
Apresentação e Discussão sobre a Cadeia Produtiva Bovina no Pantanal - papel dos diferentes atores (Plenária) – Sandra Aparecida Santos, Urbano Gomes Pinto de Abreu, Roberto Aguilar M.S. Silva, Arnaud Leonard Jean Desbiez	31
Capítulo 2 – Principais Problemas na Cadeia Bovina –	
Diagnóstico participativo	33
Primeira Plenária e Discussões dos Problemas	33
Ações, Soluções e Discussões	35
Ações Futuras e Participativas.....	48
Conclusões	49
Anexos	51
Grupo de Trabalho 1: Conservação	53
Grupo de Trabalho 2: Produção	54
Grupo de Trabalho 3: Comercialização e Industrialização ..	55
Grupo de Trabalho 4: Apoio	56
Lista de Participantes	57

Cadeia Produtiva Bovina no Pantanal Sul-Mato-Grossense: Diagnóstico participativo

Sandra Aparecida Santos

Resumo

O I Workshop sobre a Cadeia Produtiva Bovina no Pantanal Sul-Mato-Grossense, organizado pela Embrapa Pantanal e Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), foi realizado no período de 06 a 07 de dezembro de 2007, no Hotel Nacional, Corumbá, MS. Este 1º Workshop teve como objetivo reunir representantes da Cadeia Produtiva Bovina do Pantanal Sul-Mato-Grossense, identificar os problemas, levantar informações sobre produção, qualidade e competitividade da carne produzida no Pantanal e definir estratégias de ação para promover o desenvolvimento local dentro dos princípios de sustentabilidade. Adotou metodologia participativa, que permitiu um amplo e fecundo intercâmbio de informações, idéias e percepções entre os participantes da cadeia.

A abertura do 1º Workshop foi realizada pelo Dr. José Aníbal Comastri Filho, Chefe Geral da Embrapa Pantanal, que destacou a importância do sistema extensivo de produção de bovinos de corte na região para a preservação e conservação ambiental do Pantanal. Por se tratar da principal atividade econômica da região, Comastri destacou ainda a necessidade e desafio de assegurar a competitividade da pecuária pantaneira sem comprometer o ecossistema Pantanal. Lembrou que a participação de todos era de suma importância na busca de informações e soluções para garantir o desenvolvimento da pecuária na região. Colocou também a importância da busca do equilíbrio entre as partes econômica e ambiental, para tornar o sistema sustentável. Informou que as ações propostas pelo grupo, nesta oficina de trabalho, serão alvo de futuros estudos e muitas delas, se transformarão em tecnologias capazes de agregar valor à pecuária de corte da região. Ao final, agradeceu a presença de todos, incentivando-os a adotarem postura participativa e desejou-lhes sucesso ao evento. Dr. Pierre Girard - Coordenador de Programas do Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP também agradeceu a presença de todos e apresentou aos participantes do evento a missão do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) no Pantanal, em especial, da Rede Pecuária que integra as atividades de pesquisas em ambos os estados.

Em seguida, foram ministradas três palestras em sessão plenária, focando alguns aspectos básicos da pecuária de corte no Pantanal com o objetivo de nivelar informações e conhecimentos sobre a produção pecuária extensiva da região, familiarizar os participantes com os objetivos do evento, além de estimular a participação de todos nos debates. Uma visão sistêmica da cadeia produtiva bovina no Pantanal foi apresentada e discutida através de fluxograma (p. 28 do documento) com a plenária.

Concluída a fase inicial introdutória, os participantes foram distribuídos em quatro grupos temáticos que correspondem aos principais segmentos da cadeia produtiva e os pontos de estrangulamento identificados nos trabalhos preparatórios: produção (levantamento dos problemas relacionados à baixa produtividade do gado de corte); comercialização e industrialização (levantamento dos problemas relacionados à baixa qualidade e competitividade da carne e sua rentabilidade); apoio (levantamento dos problemas relacionados aos serviços de extensão rural, vendas, transporte, mão-de-obra e portos, insumos, dentre outros) e sustentabilidade (levantamento dos problemas relacionados à conservação ambiental das atividades pecuárias).

Para cada grupo de trabalho foi escolhido um facilitador, um relator e um representante. O facilitador orientou os participantes a escrever todos os problemas relacionados à temática do grupo em cartões de papel, sendo um problema por cartão. Os cartões foram recolhidos, agrupados por áreas de semelhança e fixados em quadros apropriados. Como vários participantes listaram o mesmo problema, houve uma fase de filtragem e consolidação desses problemas, na qual as informações similares foram agrupadas para compor a lista final.

Para definir os problemas prioritários todos os participantes dos grupos receberam cinco adesivos (votos), utilizados para escolher (votar) e priorizar a importância dos problemas. A distribuição destes adesivos nos itens listados era livre, ou seja, o participante tanto poderia fixar os 5 (cinco) adesivos num único problema como fixar 1 (um) adesivo por problema ou ainda distribuí-los de forma desigual entre os problemas, segundo seu julgamento, quanto ao grau de importância de cada um.

Em seguida, as listas de problemas priorizados foram apresentadas e discutidas em plenária, com a participação de todos. Uma primeira tentativa de consolidar os principais problemas em alguns tópicos foi realizada pela comissão e apresentada em plenária. Os participantes reformularam esses temas e novos grupos de trabalho foram formados para dar continuidade às discussões.

Na segunda fase do workshop, os participantes puderam escolher o grupo de trabalho e o tema no qual estavam interessados e no qual poderiam melhor contribuir para a definição das estratégias e ações. Os grupos

discutiram ações e estratégias para os diferentes problemas do tema dentro dos critérios de sustentabilidade para aumentar a competitividade da cadeia produtiva bovina no Pantanal. Na maioria dos grupos, foram definidos responsáveis e articuladores para a realização das diferentes ações e estratégias. Finalmente, foram definidas ações futuras para dar continuidade ao processo, em especial, a criação de um Fórum permanente de discussões.

Capítulo 1 - Palestras

Alianças mercadológicas e a pecuária bovina de corte no Pantanal

Roberto Aguilar M. S. Silva

Nos últimos anos, com a globalização da economia e a criação de mercados competitivos, têm-se intensificado as pressões por aumento de produtividade em todas as regiões do país que criam bovinos exclusivamente a pasto. Com aproximadamente 50 milhões de cabeças, os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso possuem os maiores rebanhos bovinos do país. Embora a maior parte destes animais esteja distribuída no planalto, menos de 10%, cerca de 3,5 milhões de cabeças são mantidas na planície pantaneira. Dos dez principais municípios detentores de rebanhos bovinos no Brasil, oito estão na região Centro-Oeste: cinco no Mato Grosso do Sul e três no Mato Grosso, sendo o município de Corumbá (MS) detém o maior efetivo bovino da região.

Hoje, existe um grande número de agentes envolvidos em cada elo da cadeia produtiva da carne bovina. No Brasil, as empresas que compõem esta rede orientam o fluxo de seus produtos, serviços, comunicações e informações para 1,8 milhões de propriedades, que geram, aproximadamente, sete milhões de empregos, num universo de 700 empresas industriais de processamento, 100 de armazenagem e 55 mil pontos de comércio varejista. A cadeia da carne bovina como um todo, ou mesmo qualquer um de seus elos, carece de organização hegemônica que lhe represente e exerça funções de coordenação. Esta ausência é uma das principais causas responsáveis pela perda de competitividade da cadeia.

Entretanto, a competitividade da cadeia da carne bovina depende crucialmente do estabelecimento de uma nova forma de coordenação vertical, onde as tradicionais relações de mercado sejam substituídas ou, no mínimo, complementadas por relações cooperativas, que garantam a rastreabilidade dos produtos e assegurem seu fornecimento nas quantidades e qualidades requeridas pelos consumidores. Dá-se o nome de coordenação vertical ao conjunto de transações entre os agentes que compõem a cadeia produtiva, desde os insumos até a distribuição final.

Assim como no Pantanal, o mercado de carnes no Brasil, até pouco tempo, foi, e em boa parte ainda é, conduzido por baixos índices produtivos, abates

clandestinos e distribuição através de açougues. A evolução das relações de mercado gerou alguns obstáculos à competitividade da carne bovina. Dentre eles destacam-se:

- Ausência de rastreabilidade - o consumidor não consegue estabelecer as ligações entre o produto que adquire e o fornecedor.
- Ausência de identidade e falta de padronização do produto.
- Os frigoríficos, em sua maioria, trabalham sem marcas - os açougues, quase por definição, não podem assegurar a procedência da carne.
- Os produtores entregam animais em situações diferenciadas (idade, raça, sexo, gordura etc.) - a cadeia tem mais dificuldades no atendimento das demandas do que se tivesse um agente estruturante, capaz de organizar desde as opções genéticas até a apresentação dos produtos.

Acreditamos que a recuperação da competitividade da cadeia da carne bovina pantaneira deverá passar por aumentos participativos de arranjos formais. Por meio deles é possível criar base para a eliminação de algumas fragilidades. São poucas as empresas que têm trabalhado na diferenciação de produtos e no estabelecimento de marcas. Isso é explicado pela situação financeira desfavorável dos frigoríficos, o que impede esforços mais decididos de venda, necessários na fixação de marcas junto ao consumidor.

Outro fator que contribui para que o ciclo se estabeleça é a incerteza quanto ao suprimento de matéria-prima em quantidade e qualidade necessárias para sustentar um esforço de diferenciação dos produtos. Neste caso, alianças mercadológicas poderão ser implementadas para auxiliar a competitividade da pecuária pantaneira.

As alianças mercadológicas podem ser definidas no Pantanal como um compromisso estabelecido entre os segmentos de produção (fazendas), abate/processamento (frigoríficos e abatedouro) e distribuição de carne bovina (redes de supermercados, casas de carne/conveniências, açougues, etc.), ofertando um produto com qualidade que o diferencie da "carne-commodity" disponível hoje no varejo.

No Pantanal, de maneira geral, tradicionalmente os produtos como os bovinos são vendidos ou comprados sem o prévio comprometimento do produtor e com pouco ou sem o controle da "commodity" pelo comprador. Quando os produtos estão prontos para a venda eles são levados pelo produtor a um leilão e vendidos a preço do mercado regional. Esses preços são conhecidos na literatura econômica como "*spot prices*". Como as preferências dos consumidores estarão cada vez mais diversificadas o mercado anualmente pedirá novos produtos. A indicação geográfica poderá conferir ao produto pantaneiro, ou ao serviço, uma identidade própria, visto que o nome geográfico utilizado em conjunto ao produto ou ao serviço

estabelecerá uma ligação entre as suas características e a sua origem, criando, conseqüentemente, um fator diferenciador entre aquele produto ou serviço e os demais disponíveis no mercado, tornando-o mais atraente e confiável.

Concluímos que caberá às empresas pantaneiras que fazem parte do negócio da carne trabalhar conjuntamente para geração de ganhos a todos os envolvidos, para o aporte cada vez maior de tecnologias, para o uso do setor estatal como facilitador e fiscalizador da qualidade e sanidade e, finalmente, para o exaustivo uso das ferramentas de marketing.

Competitividade, sustentabilidade e cadeia produtiva bovina no Pantanal

Sandra Aparecida Santos

Considerando que a maior parte do Pantanal é formada por fazendas privadas (cerca de 95%) que desenvolvem a pecuária bovina de corte, qualquer plano de desenvolvimento / conservação sustentável da região deve levar em consideração o sistema de produção de gado de corte e a participação de seus proprietários. Atualmente, o principal desafio enfrentado pelos fazendeiros é como produzir bovinos de corte de modo sustentável no Pantanal. Os principais problemas/ameaças enfrentados são: subdivisão rural; superpastejo; introdução sem critérios de espécies exóticas; agricultura no planalto; invasoras; infra-estrutura; crise no setor (febre-aftosa, baixo valor da carne, carne sem marca, falta de padronização e escala, falta de interação/integração da cadeia produtiva, etc.), mão-de-obra sem qualificação, entre outros.

A sustentabilidade determina qual o melhor produto (ou produtos) e o melhor processo (ou processos) para a conservação do ambiente, utilizando o mínimo de insumos externos visando obter a eco-eficiência produtiva. Além do aprimoramento de práticas de manejo sustentáveis, há a necessidade de conservar e avaliar genótipos vegetais e animais adaptados ao ambiente, com capacidade produtiva e boa aceitação pelo mercado consumidor.

A pecuária tradicional implantada há 200 anos no Pantanal vem moldando as unidades de paisagem da região com pouco impacto, pois a base alimentar dos bovinos são os recursos forrageiros nativos (pastagens

nativas). Para assegurar a produção animal sustentável em áreas marginais como o Pantanal é de fundamental importância otimizar o uso dos recursos forrageiros naturais, como também os recursos animais naturalizados, ou seja, as raças autóctones. A otimização da produção no Pantanal deve respeitar os limites do meio ambiente, assegurando a manutenção da biodiversidade e resiliência (capacidade de recuperação) dos ecossistemas.

Além da produção de carne, a diversificação da pecuária e usos alternativos (multifuncionais) podem contribuir para a manutenção da biodiversidade. No Pantanal, espécies naturalizadas de animais domésticos merecem destaque, tais como os ovinos pantaneiros, o porco conhecido como 'porco monteiro', o cavalo Pantaneiro e o bovino Pantaneiro. Dentre as alternativas econômicas, destacam-se a produção de mel, ecoturismo, manejo da fauna, frutos, madeira, lenha, plantas medicinais, peixes e outras ainda pouco conhecidas ou utilizadas.

Como o principal recurso natural do Pantanal, que favorece a criação extensiva dos bovinos de corte, são as pastagens nativas, a otimização do seu uso é de fundamental importância para a sustentabilidade. Outro ponto importante para agregar valor à carne do pantanal é a manutenção da biodiversidade na região, através da não substituição das pastagens nativas por exóticas, além da manutenção intacta das áreas florestadas.

Para obter o manejo sustentável das pastagens nativas, a Embrapa Pantanal e CPP tem estudado a dinâmica espacial e temporal das pastagens visando desenvolver planos de manejo adaptativo. Outros estudos visam desenvolver ferramentas para monitorar e mapear os tipos de pastagens nativas (produtividade e qualidade) e desenvolvimento de práticas de manejo adequadas (deferimento, estimativa da real capacidade de suporte, suplementação estratégica e uso comum). Os produtores que adotarem boas práticas de manejo devem ser valorizados, como também os produtos que vêm destes sistemas.

Para valorizar e certificar as propriedades que adotam "boas práticas", há a necessidade de desenvolver ferramentas de monitoramento, e a Embrapa Pantanal em parceria com outras Instituições vem estudando indicadores de sustentabilidade e ferramentas de certificação de propriedades. Para este conhecimento, há a necessidade de se ter uma visão sistêmica da propriedade (tecnologia de processos).

VISÃO SISTÊMICA – tecnologia de processo



Diferentes agroecossistemas (tipificação dos sistemas de produção)
Identificar os parâmetros da sustentabilidade

Figura 1. Visão sistêmica – tecnologia de processo

No Pantanal, de maneira geral, o principal sistema produtivo é o de cria. Portanto, uma das opções para a região seria a produção de bezerros orgânicos destinados para as fazendas de recria e engorda localizadas no planalto. A busca de nichos de mercado como a carne orgânica já vem sendo feita por grupos de produtores da região, destacando a iniciativa da produção do vitelo orgânico do Pantanal, a carne orgânica, entre outros.

Em relação à indicação geográfica de origem, alguns requisitos são necessários, tais como apresentar o padrão e quantidade suficientes para suprir o mercado e os serviços de marketing (conservação ambiental, valor da carne, etc.). O DPO (*Denomination of Protected Origin*) é um selo de produto que pode auxiliar neste processo, cuja produção, transformação e elaboração ocorrem em uma área geográfica delimitada, com controle de todas as etapas de produção, reconhecidos e verificados. Desta forma, é possível incentivar a produção pecuária em determinadas regiões, proteger (patentear) os nomes de produtos contra imitações e fornecer ao consumidor as informações relativas às características específicas dos produtos. Uma opção seria usar o gado Pantaneiro como modelo pecuário sustentável incentivando a preservação do patrimônio genético e cultural.

Os pecuaristas, especialmente de países em desenvolvimento, têm sido cada vez mais criticados sobre a ameaça que a atividade pecuária vem causando ao meio ambiente, ou seja, a atividade geralmente é vista associada a externalidades negativas, como ao avanço do desmatamento e

degradação. Porém, as conseqüências da atividade pecuária ao meio ambiente são variáveis entre os diferentes sistemas de produção. No caso do Pantanal, a atividade pecuária vem sendo desenvolvida durante séculos de maneira harmônica com o meio ambiente, conferindo determinados benefícios ambientais, mas nem sempre reconhecidos e valorizados. Outro fator importante é entender as externalidades positivas associadas com a criação de bovinos, tais como a redução de risco de incêndio, limpeza de campo, ciclagem de nutrientes, amenidade das paisagens, entre outros. Alguns exemplos de “*slogans*” poderiam ser usados para descrever a pecuária na região:

- “Boi do Pantanal – Não destrói florestas porque eles são criados em pastagens naturais, com a utilização de planos de manejo sustentáveis (certificado)”.
- “O boi do Pantanal é criado como um aliado ao meio ambiente e não um destruidor”

Pesquisas são necessárias para quantificar os serviços e externalidades positivas proporcionadas pelos bovinos na região do Pantanal, como também, definir as práticas sustentáveis de manejo que proporcionam tais externalidades positivas.

A otimização da tomada de decisões passa pelas seguintes questões: o que fazer? (objeto da ação); para que fazer? (objetivos); como fazer? (opções mercadológicas) e com que fazer? (recursos). Na Figura 2, constam os fatores que afetam a tomada de decisão do fazendeiro no Pantanal.

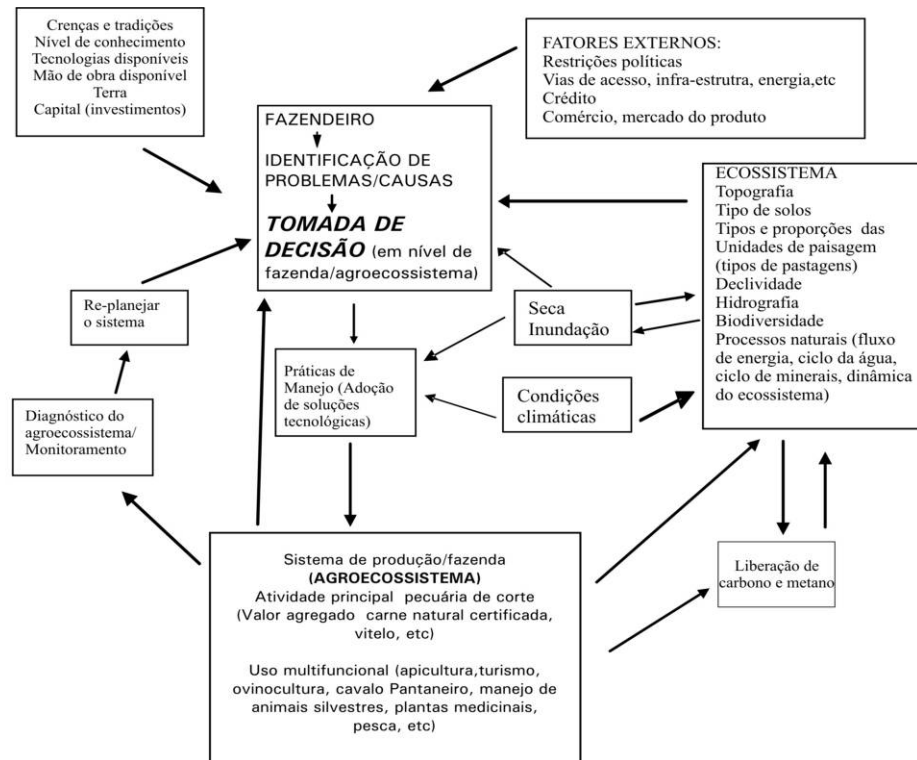


Figura 2. Componentes internos, externos e suas interações que podem influenciar a tomada de decisões em um sistema de produção no Pantanal.

O futuro do agronegócio e as perspectivas para a cadeia da carne bovina

Antonio Márcio Buainain

A partir do exame do contexto institucional que vem se criando nas últimas décadas, das transformações recentes da economia global e das exigências—antigas e novas— da sociedade é possível projetar a trajetória e perspectivas do agronegócio.

O contexto institucional, integrado pelas regras e normas de comércio, exigências dos consumidores, tecnologia utilizada, políticas gerais e setoriais e traços culturais que condicionam a economia e sociedade, sofreu, ao longo da última década, profundas transformações que afetam e

continuarão afetando de forma substancial a dinâmica produtiva e tecnológica de todas as cadeias produtivas.

No plano interno, a economia brasileira, relativamente fechada até os anos 90, foi submetida a um verdadeiro choque institucional com a abertura comercial, muito mais abrangente e profunda do que a praticada pela maioria dos países em desenvolvimento. As políticas agrícolas e comerciais que caracterizaram o período 1970-80, e que, independente de distorções e insuficiências, contribuíram de forma decisiva para a modernização tecnológica do setor agropecuário e para a formação/consolidação da agroindústria processadora e produtora de máquinas e insumos agropecuários, entraram em crise profunda e se tornaram, inoperantes e ou ineficazes. Tais políticas, marcadas por intervenções diretas do Estado nos mercados agropecuários, pelo elevado protecionismo às atividades industriais — muitas vezes em detrimento das atividades primárias —, pela concessão de crédito subsidiado para aqueles produtores / empresas em condições de atender as exigências do setor financeiro, pela atuação de programas especiais voltados para certas regiões, setores e ou commodities, como café e açúcar, vêm deste então sendo substituídas por políticas mais orientadas pelo mercado.

No plano internacional, o processo de globalização alargou-se em termos geográfico e se aprofundou em conteúdo de maneira considerável. A integração da China ao mercado mundial, bem como sua adesão à OMC, são ao mesmo tempo os símbolos mais marcantes da globalização e os fatores de maior impacto no comportamento recente dos mercados mundiais. Além da China, é notável a presença de países como Índia, Rússia, África do Sul e das ex-repúblicas soviéticas como *new players* do mundo globalizado, ao qual o Brasil vem se integrando com posição de liderança no grupo conhecido como G-20.

A OMC consolidou-se como uma das instituições mais importantes da nova governança global, com certa capacidade para definir e impor regras de comércio e como lócus de arbitragem de conflitos de interesses relacionados à compatibilidade de políticas domésticas com as regras internacionais. Os acordos de integração sub-regional se tornaram realidade e hoje condicionam, não apenas o comércio como as próprias políticas domésticas e o jogo político internacional.

Um conjunto de fatores estruturais vem provocando profundas transformações nas tendências do consumo de alimentos, com impactos diretos sobre o funcionamento e futuro das cadeias do agronegócio. A população do mundo continua crescendo — superou, em 2005, 5,5 bilhões de pessoas — e envelhecendo. Nos países da OCDE a esperança de vida ao nascer já alcançou 80 anos, e no Brasil está próxima aos 72 anos. As mudanças demográficas, por si só, têm implicações importantes para o

mercado de alimentos, não apenas em razão do seu alargamento, mas principalmente em função das novas exigências feitas pelos consumidores.

Os meios de comunicação de massa e a difusão da informação em escala global vêm contribuindo para dar vida real à chamada “Aldeia Global”, com mudanças nos hábitos de consumo e nas preferências dos consumidores. Para isto também contribui a elevação do nível educacional e de renda da população.

Em conjunto, esses fatores já provocaram um forte impacto sobre o consumidor e sobre o mercado de alimentos que precisam ser levados em conta em qualquer exercício de planejamento estratégico de qualquer empresa do setor, em particular de empresas responsáveis pela promoção da inovação tecnológica no agronegócio.

Os consumidores e os mercados de hoje são incomparavelmente mais exigentes do que do que há poucos anos. Cada vez mais exigem qualidade, em um sentido bem abrangente. Também exigem preços competitivos e compatíveis com o nível de renda de cada grupo. Mesmo nos segmentos de baixa renda o consumo se desvincula, cada vez mais, da noção de subsistência e passa a ser condicionado por símbolos culturais que variam de grupo para grupo, de sociedade para sociedade. A simples imagem de um açougue de 20 anos atrás, com peças inteiras do animal dependuradas em ganchos de ferro fundido, cercadas de moscas e sem qualquer refrigeração, talvez seja considerada pela maioria dos consumidores como uma cena “bárbara”. E é provável que provoque enjôo e repugnância em um grande número deles.

A segurança dos alimentos, até pouco quase ignorada pelos consumidores, é hoje um forte condicionante para o acesso aos mercados mais dinâmicos e um fator determinante de vantagem competitiva nos mercados globais. As exigências relacionadas à segurança dos alimentos se traduzem em normas técnicas do comércio ou barreiras não tarifárias (BNT) que são hoje mais importantes do que as barreiras tarifárias (Oliveira, 2005).¹ Ao mesmo tempo em que funcionam de fato como barreiras, como pré-condições para

¹ As BNT incluem regulamentos sobre especificações técnicas do produtor, definindo um padrão (mandatório ou voluntário), especificação técnica ou código de práticas de modo a: (i) Proteger a vida ou a saúde humana ou animal (regulamentos sanitários); (ii) Proteger a saúde vegetal (regulamentos fitossanitários); (iii) Proteger o meio-ambiente e a vida selvagem; (iv) Garantir a segurança humana; (v) Garantir a segurança nacional; (vi) Prevenir práticas fraudulentas e desonestas (UNCTAD, 2005). Pesquisas indicam que o uso das medidas técnicas (muitas vezes associadas a medidas quantitativas) cresceu de 31,9% em 1994 para 58,5% em 2004. Enquanto isso, no mesmo período, o uso das demais classes de medidas foram reduzidas de 44,7 para 15,2% no mesmo período. Esses números estão, em parte, ligados aos acordos firmados pelos membros da OMC durante a Rodada Uruguai (UNCTAD, 2005).

participar do comércio mundial e de acesso aos mercados, também desempenham um papel relevante na determinação de vantagens competitivas entre firmas e países.

Cresce, em todo o mundo, a busca por produtos associados à Natureza, em uma reação ao que muitos consideram uma excessiva industrialização do alimento. Neste contexto, atributos pouco valorizados no passado, como a produção orgânica ou agroecológica, ganham importância, e passam a ser fator de agregação de valor aos produtos: Os consumidores buscam maior diversidade e intensidade de sabores, também reagindo à chamada “comida de isopor”. Os mercados reagem à sazonalidade que sempre marcou o comércio agropecuário e exigem um fluxo regular de abastecimento ao longo do ano.

Ao lado da qualidade / segurança dos alimentos, outro fator chave para o funcionamento das cadeias produtivas do agronegócio é a conscientização da população sobre a gravidade do problema ambiental, seja no plano local seja no plano global.

A preocupação com os recursos naturais tem profundos impactos sobre toda a lógica do setor, em particular no que se refere ao uso de tecnologias. No passado o *drive* tecnológico movia-se em função quase absoluta da elevação do rendimento da produção e, de maneira secundária, da redução de custos. Essa “filosofia”, cuja racionalidade assentava-se no risco real de ocorrência do cenário malthusiano, nas grandes fomes que marcaram alguns países no período do pós-guerra e na divulgação das primeiras informações da FAO sobre a fome no mundo, orientou a Revolução Verde e foi responsável pelo enorme progresso da agropecuária e pelo afastamento, nestes últimos 50 anos, o fantasma malthusiano. A produtividade total dos fatores cresceu de forma considerável e permitiu a multiplicação dos alimentos, em proporções talvez equivalente ao do milagre da multiplicação dos peixes (Buainain e Silveira, 2007).

Esse progresso foi obtido, ao menos em parte, pelo sacrifício de recursos naturais e impactos negativos sobre o meio ambiente em geral. O contexto de hoje é diverso. A elevação de produtividade e ou redução de custos de produção já não podem ser alcançados à custa do meio ambiente. A análise de impacto ambiental tornou-se, no novo contexto, pré-condição para a viabilidade de qualquer tecnologia, da mais simples à mais sofisticada.

A nova institucionalidade impõe, de maneira inédita, a convergência entre interesses micro e macro, entre os interesses dos produtores e da sociedade como um todo, expressos nas regras de comércio internacional e no conjunto de exigências, muitas delas não transformadas em normas escritas e aprovadas pelos organismos reitores da economia e dos consumidores em geral. No atual contexto, ainda que uma tecnologia seja vantajosa do ponto de vista microeconômico; dificilmente se tornará

hegemônica e se disseminará se não estiver em conformidade com os padrões estabelecidos, em especial os relacionados à qualidade e segurança dos alimentos e aos impactos ambientais.

O mercado é global, mas tende a se especializar e segmentar segundo as especificidades locais, as exigências particulares dos grupos populacionais, seja por faixa etária, condição social, cultura e até situação profissional. O produto do agronegócio, tratado classicamente como uma *commodity* ou genérico, tende a se diferenciar para atender às exigências dos consumidores, e para ganhar espaço e elevar a rentabilidade. Embora em muitos casos este processo seja ainda incipiente, é visível e se manifesta como uma forte tendência.

Neste contexto, uma mudança estrutural se refere ao produto em si mesmo: no passado o produto da pecuária de corte era o boi, classificado por idade e peso (bezerro, sobreano, novilho, boi, boi gordo etc.). Hoje os produtos da pecuária de corte são a carne e o couro. Esta mudança tem profundas implicações para toda a cadeia produtiva, e naturalmente para o P&D vinculado ao segmento.

Todo o processo visa produzir carne com as especificações exigidas pelo mercado, e valorizar o couro como subproduto nobre da cadeia. Esta mudança de perspectiva afeta desde a seleção genética à escolha do capim e da alimentação em geral, dos medicamentos, da forma de trabalhar o gado nas fazendas, da logística de transporte, instalações de abate e escolha da embalagem e distribuição. Como o produto é a carne, o foco de toda a cadeia se desloca para a produção de carne, e é esta que deve atender a todos os requisitos do mercado.

Ao mesmo tempo em que o mercado e os consumidores valorizam, cada vez mais, o produto, com todos os seus atributos e qualidades, observa-se uma crescente preocupação —inexistente até pouco tempo atrás— com o processo de produção. Não é suficiente saber que o produto é bom; o consumidor está também interessado em saber como foi feito; que insumos foram utilizados na produção? A tecnologia é amigável ao meio ambiente? É socialmente sustentável? Usou mão-de-obra infantil? Em que lugar do mundo foi produzido? Como chegou até aqui? Crescem, neste contexto, as exigências em relação à tecnologia utilizada, processos de identificação de origem, rastreamento e vários tipos de certificação dos produtos do agronegócio.

Este contexto, que em parte é novo e ainda em processo de consolidação, aponta, de forma inequívoca, para as tendências futuras, que não podem ser desconsideradas pelas empresas, governos e produtores. O mercado mundial vem se reestruturando nos últimos anos em função das mudanças mencionadas acima, como a entrada da China e a consolidação econômica dos países do leste europeu, e as vantagens competitivas das firmas e

empresas estão em rápido processo de redefinição. Embora em muitos segmentos a disponibilidade de recursos naturais seja condição necessária para ocupar espaço no mercado, a competitividade é cada vez mais determinada pela capacidade de responder ao conjunto de exigências e preferência dos consumidores. Mais que isto: no futuro a competitividade dependerá da capacidade de se antecipar às exigências e de transformá-las em fontes de agregação de valor aos produtos do agronegócio, em inovações tecnológicas.

A economia dirigida pelos consumidores está abrindo oportunidades para inovação por meio da diferenciação de produtos. A diferenciação, já visível em muitos segmentos do mercado, permite agregar serviços e valor aos produtos agropecuários, com impactos positivos nos preços. As inovações tecnológicas deverão superar as demandas do campo por maior produtividade, qualidade agrônômica e sanidade. A estas deverão ser acrescentadas as demandas da agroindústria e dos consumidores por características especiais, suprimento suficiente e constante, segurança, liberdade de escolha. Antes os produtores decidiam, com forte intervenção das políticas agrícolas. Hoje os consumidores, em sentido amplo, são agentes determinantes das decisões.

Como alguns atributos exigidos pelos consumidores não podem ser avaliados no ato da compra do produto, as empresas lançam mão da certificação impressa na embalagem e de campanhas publicitárias como estratégias para que o consumidor possa confiar nos atributos descritos. O formato mais comumente utilizado é a certificação privada externa à empresa objeto da certificação. Na luta pela diferenciação de seus produtos, alguns certificados de qualidade como o APPCC, embora sejam obrigatórios para alguns estabelecimentos alimentícios, ainda assim são utilizados como estratégia de marketing.

Os novos padrões de concorrência e a reorganização das cadeias criam a necessidade de que os integrantes dos elos iniciais da cadeia se comportem como fornecedores e não apenas produtores. O “produtor” segue um determinado padrão: i) produz de acordo com suas condições, ii) produz genéricos (*commodities*), iii) vende a quem pode comprar na ocasião, iv) apresentam uma possibilidade de crescimento e de sustentabilidade mais limitadas. Já o “fornecedor” i) produz de acordo com as necessidades dos clientes, ii) produz matéria-prima especializada, iii) vende como empresa para outra empresa, iv) pode organizar sua produção de acordo com as necessidades dos clientes e manejo sustentável dos recursos.

O mercado de carne bovina é influenciado pelo conjunto de tendências mencionadas acima em termos gerais, válidas para o agronegócio como um todo. Atualmente, o acesso à informação é instantâneo e, como tal, informações positivas e negativas sobre produtos circulam na “velocidade da luz”. No caso da carne bovina, o acesso rápido a informações negativas

sobre o produto (no caso de crises sanitárias, por exemplo), pode gerar uma resistência ao consumo de produtos que poderiam estar contaminados e oferecer riscos à saúde humana. A experiência recente do mal da vaca louca é paradigmático, e mostra a força destes fatores para modificar as condições do mercado e de competitividade. O surto na Europa abriu caminho para a carne brasileira, produzida em condições “mais naturais” do que o processo utilizado na maioria dos países desenvolvidos.

Existe também uma tendência, em especial no mercado europeu, de buscar produtos com conotação mais “natural”. O sistema de produção de carne bovina, praticado nos dias atuais no Brasil, já se beneficia, em parte, dos conceitos associados a esta tendência. No entanto, a expansão da produção doméstica deverá se basear, cada vez mais, na intensificação da produção, seja para reduzir o desmatamento e o impacto ambiental associados à fronteira pecuária seja para competir pelas terras com alternativas como a produção de grãos e cana de açúcar. Um desafio que se coloca é realizar esta intensificação sem reproduzir o padrão europeu e americano de criação/engorda, que equivaleria a perder um dos principais atributos com potencial para diferenciar e valorizar a carne brasileira no mercado mundial. Também será necessário dirigir maiores esforços para o desenvolvimento e aplicação de mecanismos de rastreamento e certificação.

No que se refere à oferta, é necessário que o produto carne atenda aos cinco critérios de eficiência: qualidade, pontualidade, flexibilidade / diversidade, custo e rapidez / agilidade. Em termos de qualidade, é preciso respeitar as normas vigentes de sanidade e higiene, além de atender os requisitos e preferências dos diferentes grupos de consumidores.

Na questão flexibilidade, é preciso desenvolver a capacidade de gerar produtos diferenciados, sem custos ou tempo de obtenção adicionais, para compor um ‘mix’ variado de cortes e produtos de maior valor agregado. A embalagem utilizada no Brasil ainda é inapropriada e certamente será objeto de mudança no futuro próximo para melhor aproveitar as tecnologias disponíveis de conservação, economizar energia e preservar as qualidades organolépticas e nutricionais da carne dirigida aos mercados mais exigentes. Uma conservação adequada assegura produtos de melhor coloração e preserva os atributos de frescor da carne para pronto consumo.

Outro fator importante são as informações sobre a origem do produto, raça e sexo do animal. Em alguns mercados, por questões de ordem cultural, desejam-se informações sobre o processo de criação do animal, uso de vacina e hormônios, questões relacionadas aos cuidados com meio ambiente, forma de abate e cuidados na manipulação durante o processo produtivo.

As questões relacionadas aos custos e preços são aspectos que devem ser considerados. As exportações brasileiras têm crescido em mercados que absorvem um produto de menor valor agregado e por isto mesmo propiciam menores margens de rentabilidade. Ainda que o Brasil tenha todo o potencial para ocupar mercados mais nobres, o custo de produção deverá ser foco de atenção nos diferentes elos da cadeia.

A busca por rapidez e agilidade deve ser uma meta para toda a cadeia, no sentido de desenvolver fluxos de informação e produto de maneira eficiente. No caso da infra-estrutura disponível no Brasil, muito deve ser melhorando tanto em transporte terrestre, como nos sistemas de armazenagem nos portos e aeroportos. A troca de informações entre os agentes deve ser facilitada com a difusão da Internet e a diminuição no custo de acesso à mesma.

Em que pese os avanços do processo de liberalização comercial e de globalização econômica, o comércio agropecuário continua sofrendo fortes restrições, em particular por parte dos países desenvolvidos. Em que pese o fracasso da Rodada de Doha, não é improvável que as barreiras tarifárias internacionais sejam reduzidas, o que beneficiaria o Brasil no longo prazo. Por outro lado, considerando a grande dimensão do rebanho e a enorme extensão geográfica, o Brasil necessita aprimorar seu sistema de rastreabilidade. É necessário viabilizar a efetiva fiscalização do controle sanitário e a movimentação de animais entre as diferentes regiões. Questões como a transparência na coleta e sistematização das informações e a aderência aos padrões de qualidade e sanidade reconhecidos internacionalmente são fatores a serem construídos para garantir a reputação do produto brasileiro.

O Governo tem papel central na implementação de estratégias de sustentação e ampliação da inserção da carne bovina brasileira no mercado internacional. Sua atuação deve se voltar para políticas internas eficientes (tecnologia, crédito, sanidade, etc.), assim como para a defesa da redução dos subsídios agrícolas e de barreiras não-tarifárias na Organização Mundial do Comércio (OMC). A participação da iniciativa privada pode e deve ser mais pró-ativa, no sentido de assumir parte das responsabilidades no processo de negociação e implementação das ações decorrentes.

De imediato, os fatores críticos para o sucesso da cadeia produtiva de carne bovina brasileiras são a identificação do mercado e correspondente caracterização da demanda, a adequação da oferta a estes mercados, a superação das barreiras comerciais e relativas à segurança do alimento. Os esforços devem ser dirigidos para incentivar um crescimento da produção não apenas quantitativo, mas também um aumento na qualidade do produto ofertado. Do ponto de vista da cadeia, deve ser realizado um esforço grande para valorizar o produto por meio da diferenciação e inovação.

No médio e longo prazo os desafios estão, direta e indiretamente, relacionadas à capacidade de inovação tecnológica do país e de toda a cadeia de produção. A análise das principais tendências e obstáculos — exceto pela infra-estrutura— revela que todos dependem de inovações tecnológicas. A expansão da demanda dificilmente poderá ser atendida de forma sustentável sem o auxílio de inovações tecnológicas que contribuam para elevar a produtividade do trabalho e o rendimento por área e para reduzir a pressão sobre os recursos naturais e a contaminação ambiental pelo uso de produtos químicos. E isto sem computar que ainda hoje 1 bilhão de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar e fome, e que cresce a pressão da sociedade em muitos países do mundo para a adoção de ações mais efetivas de combate à fome, que eventualmente se traduzirão em elevação da demanda. A Embrapa tem um papel relevante a desempenhar no que se refere ao Brasil.

Apresentação e Discussão sobre a Cadeia Produtiva Bovina no Pantanal - papel dos diferentes atores (Plenária)

Sandra Aparecida Santos
Urbano Gomes Pinto de Abreu
Roberto Aguilar M. S. Silva
Arnaud Leonard Jean Desbiez

Na tomada de decisão o produtor deve se lembrar que está inserido dentro da cadeia produtiva bovina formada por vários segmentos. Na **Figura 3** consta um esquema preliminar da cadeia produtiva bovina do Pantanal.

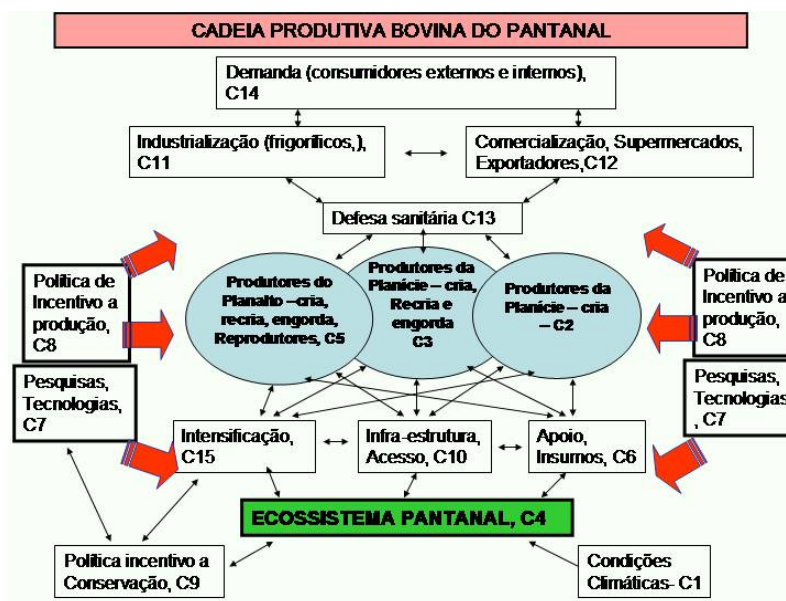


Figura 3. Cadeia produtiva bovina do Pantanal.

Este esquema foi apresentado e distribuído para a plenária, de modo que os participantes pudessem ter uma visão sistêmica da cadeia bovina no Pantanal. O esquema mostra os principais elos que compõem a cadeia, onde nota-se algumas peculiaridades em relação a outras regiões, principalmente em relação ao sistema(s) de produção (inserido num ecossistema complexo) e infra-estrutura (vias de acesso). O objetivo do workshop foi reunir representantes desses diferentes elos da cadeia visando identificar os principais problemas e discutir possíveis soluções e estratégias de ação.

Capítulo 2 – Principais Problemas na Cadeia Bovina: Diagnóstico participativo

O evento adotou metodologia participativa para fomentar o contato e intercâmbio entre os diferentes atores da cadeia bovina. Após apresentação da metodologia foram formados quatro grupos, de acordo com os temas de interesse previamente definidos:

1. Conservação;
2. Produção;
3. Comercialização e Industrialização;
4. Apoio.

A seguir foram consolidados os principais problemas levantados por grupo de trabalho e as respectivas ordens de classificação conforme o número de votações (Anexos no final do texto).

Primeira Plenária e discussões dos problemas

Os principais problemas defini¹dos por cada grupo foram colocados em painéis e expostos em plenária para discussão. Após a exposição, alguns participantes salientaram que um dos problemas mais importantes da cadeia tinha sido pouco focado nos grupos: o problema do Pantanal estar localizado em Área 2¹.

Segundo representante do Frigorífico, o Pantanal deveria estar na Área 1 e ter a liberdade de fornecer carne para qualquer país do mundo. A região não deveria ficar presa ao planalto para poder exportar seus produtos. Ele destacou que este assunto é de extrema prioridade e que deveria ser discutido no evento, principalmente o que fazer para ter melhor matéria-prima e exportar.

¹ Classificação feita para zoneamento do risco epidemiológico da Febre Aftosa de regiões que não alcançaram a designação de livres com e sem vacinação de acordo com os critérios da OIE (Organização Internacional de Epizootias (OIE), sendo área 1-baixo risco; área 2- risco intermediário e área ; 3- risco alto ou desconhecido.

Na seqüência, representante dos pecuaristas comentou que com exceção de Porto Murtinho, todos da região de fronteira são considerados como área 2. A certificação atual tem diversos problemas e as normas estão constantemente mudando. Outros representantes de pecuaristas se manifestaram, sendo que um deles comentou que os frigoríficos deveriam remunerar melhor o fazendeiro, e o outro colocou a importância de se focar a questão sócio-ambiental da região do Pantanal, onde o gado é produzido, historicamente, à mais de 200 anos. Lembrou, ainda, que esta área apresenta poucas alterações ambientais, mas em contrapartida, a produtividade da sua pecuária ainda possui custo de produção muito alto. O que precisamos no momento é buscar alternativas capazes de tornar esse sistema de produção sustentável e socialmente justo. O sistema precisa buscar produtividade e qualidade para ter vantagem competitiva frente às exigências do mercado consumidor. Uma das alternativas propostas seria a produção de animais orgânicos, com certificação dos processos produtivos.

Para direcionar o Workshop, um grupo de pessoas da Comissão fez uma primeira tentativa de consolidação dos principais resultados em tópicos/temas principais. Dr. Pierre Girard do CPP apresentou a consolidação dos problemas em cinco tópicos principais. A partir destes, iniciou-se novo debate para reestruturação dos temas. Um dos participantes, pesquisador da Embrapa Pantanal, acrescentou que alguns temas não estavam contemplados, tais como o crédito da água no Pantanal e a questão ambiental. Após o debate, decidiu-se de maneira unânime que a primeira ameaça a ser focada seria a Área 2, como também o problema da rentabilidade. Outro pesquisador da Embrapa Pantanal complementou a discussão dizendo que o problema de ser Área 2 não é questão sanitária, pois o Brasil, a Bolívia e o Paraguai já resolveram esta situação com vacinação. O presidente do Sindicato Rural de Corumbá salientou que o gado oriundo da planície pantaneira é um dos pontos fundamentais, que não adiantaria certificar produtos e continuar na Área 2, como produto 'vermelho'. Acrescentou ainda que o último foco de Aftosa ocorreu no sul do Estado, afetou São Paulo e diminuiu a exportação. Finalizou dizendo: Que rastreabilidade é esta?

Conforme representante da Certificadora de Produtos Orgânicos, embora o Mato Grosso do Sul esteja habilitado como Área 1, a área pantaneira continuará como Área 2². Ele comentou que embora o SISBOV tenha sido

² No Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo a necessidade de assegurar a sanidade dos rebanhos e a economia do estado, além da possibilidade de restituição do 'status' sanitário de zona livre de febre aftosa com vacinação, foram implantadas zonas de alta vigilância (ZAV) nas fronteiras com as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai abrangendo como ponto inicial a linha de fronteira com Mato Grosso do Sul em uma faixa de 15 (quinze) quilômetros, por toda sua extensão. A área de abrangência da ZAV, bem como a relação das propriedades que a compõe poderão ser alteradas pela IAGRO, desde que existam motivos que justifiquem esta medida, obedecendo a critérios técnicos em

um grande avanço, ainda precisa ser readequado, pois há muitas falhas. Ele fez alguns comentários sobre a visita da União Européia e destacou a importância de uma rastreabilidade eficiente que forneça garantia ao cliente.

Os problemas prioritários definidos pela plenária foram:

1. Área 2;
2. Extensão/Capacitação;
3. Falta de valorização da produção ambientalmente correta;
4. Infra-estrutura;
5. Rentabilidade (Desorganização da Cadeia).

Com a definição dos grandes problemas, iniciou-se a formação livre dos grupos, ou seja, cada pessoa escolheu o grupo (por problema definido) que gostaria de participar e contribuir de maneira mais consistente. Após o término do trabalho dos grupos, iniciou-se a apresentação dos grupos e debate em plenária.

Ações, Soluções e Discussões

Grupo de Trabalho 1: Área 2

Relator/representante – Dra. Raquel Soares (Embrapa Pantanal)

Participantes:

- Aiesca O. Pellegrin
- Luiz Henrique Witzler
- Paulo E. Martins
- Pierre Girard
- Raquel Soares
- Suzana Maria De Sallis
- Thiago Arantes

Objetivou-se neste grupo definir estratégias de como transformar parte da Área 2 em Área 1.

- 1) Elaboração de um dossiê para mudar de classe

consonância com o Código Zoosanitário Internacional para os Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e mediante a análise de risco (PORTARIA/IAGRO/MS Nº1.420, DE 21 DE JANEIRO DE 2008).

Primeiramente, pretende-se elaborar um dossiê baseado em consultoria externa contratada pelos interessados, para levantamento de dados, fatos e documentos que comprovam a não ocorrência de focos de Febre Aftosa na região do Pantanal, ao longo das últimas décadas, possibilitando a mudanças para a Área 1. O Pantanal tem pontos favoráveis, mas tem muitos aspectos que precisam ser modificadas em função das exigências da União Européia. Dr. Thiago Arantes presidente da SODEPAN, juntamente com representantes da FAMASUL ficaram responsáveis pela elaboração do dossiê.

2) Negociação com o governo de Mato Grosso do Sul

A segunda estratégia será a negociação política com o governo do Estado, para solucionar os entraves existentes, procurando o seu apóio para as reivindicações dos pecuaristas do Pantanal. Serão incentivadas reuniões com representantes do IAGRO, SEPROTUR, MAPA, ABIEC, SEMAC-MS, entre outros para participarem destas negociações, levantando informações quantitativas da produção local e do quanto será favorável para MS, essa alteração da condição de risco sanitário do Pantanal. Estas são peças fundamentais no tratamento de leis e normas que regem produção, qualidade, sanidade animal e até mesmo os aspectos sócio-econômicos e ambientais.

Ficou estabelecida a necessidade de articulação entre os produtores, os representantes políticos e órgãos de defesa sanitária, para fortalecer a cadeia produtiva da região.

Discussões na Plenária

Após a apresentação, um representante do grupo 2 comenta que os bezerros nascidos no Pantanal e terminados no planalto podem ser abatidos em frigoríficos na Área 1, então o maior problema são os animais terminados no Pantanal, pois estes proprietários são os mais afetados. Segundo representante do Frigorífico, os bezerros podem ir à Área 1 desde que sigam as normas da Circular vigente. Há muitas dúvidas sobre a abrangência da Área 2. Para escoar os bezerros, estes deverão sair com 90 dias de antecedência e seguir os procedimentos da União Européia junto com a OIE. Complementando, um pecuarista comenta que são 14 municípios interditados como área 2, não sendo somente a planície pantaneira, mas também o planalto. Disse que é preciso questionar o porquê de estarmos na Área 2 (coisas estabelecidas no passado) e como mudar, sem acomodar. Na seqüência, outro produtor rural comentou que a Área 2 somente serve para quem exporta e não para quem vende ao mercado interno.

Para o representante do Frigorífico, a União Europeia não importa de países sem rastreabilidade. Acrescentou ainda que as circulares estão claras, havendo a necessidade de mudança nas atitudes e na mentalidade das pessoas e dos produtores que estão ligados ao processo produtivo. O produtor precisa produzir e vender um produto de qualidade, pois o cliente busca segurança na sua qualidade, que pode ser comprovada pela rastreabilidade. Portanto, o produtor precisa sair da zona de conforto/acomodação, para a zona de turbulência do mercado, atrelada às altas e baixas dos produtos. Em seguida, outro pecuarista comenta que seria ideal promover um encontro com representantes do Ministério da Agricultura, pois só o Brasil tem esta divisão em Área 1 e 2. Foi uma alternativa para beneficiar apenas alguns, para aliviar focos e superar crises momentâneas, mas tornou-se um grande problema. Quanto mais representativo for o grupo, melhor. Não há dúvida que a produção e os aspectos sanitários de um rebanho, em uma dada região, devem seguir regras claras e rígidas para que esta seja enquadrada como Área 1, desde que siga corretamente as suas normas. O representante da certificadora de produtos orgânicos complementou que há outro agravante: a partir de 2009, as fazendas não poderão receber gado sem ser rastreado. O estado todo deveria ser Área 1, ou seja, deve ser trabalhado em nível estadual.

Grupo de Trabalho 2: Extensão/capacitação

Representante – Dalton Catto

Participantes:

- Antônio do Nascimento Rosa
- Aldalgiza Inês Campolin
- Dalton Francisco Catto
- Jobber Prado Guimarães
- Nelson Guimarães Dantas Canuto
- Silvia Maria Fonseca Silveira M.
- William Arruda

O grupo discutiu intensamente sobre Extensão Rural e seus problemas, chegando no seguinte impasse:

O que fazer diante dos entraves?

Fizeram o seguinte diagnóstico:

- nunca houve extensão rural na atividade pecuária como houve, por exemplo, para a soja;

- as fazendas possuem grandes extensões territoriais e são isoladas;
- a atividade é tradicional; por isso o perfil de grande parte dos pecuaristas é individualista (tenta resolver os problemas sozinho); e
- o pecuarista é resistente à mudanças.

Por isso:

- demanda-se a percepção da necessidade de capacitação e assistência técnica. Porém, a busca de extensão rural por parte dos pecuaristas é baixa;

Então é necessário:

- Criar demanda;
- Criar vontade;

Como se muda isto?

O que precisamos fazer para que os produtores percebam a necessidade de criar demandas e criar vontade em aprender e aplicar novas tecnologias?

Sensibilizar, principalmente, as entidades: prefeituras, sindicatos, associações, filhos de proprietários, instituições de pesquisa, lideranças e formadores de opinião, de cada região, para que eles juntamente com os produtores passem a adotar as tecnologias disponíveis e ao mesmo tempo passem a criar novas demandas.

As formas de extensão rural são sempre as mesmas, tais como:

- dias de campo;
- treinamento teórico/prático nas propriedades;
- semana do Negócio no Pantanal;
- unidades de demonstração;
- divulgação de estratégias como DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) e APL (Arranjos Produtivos Locais) – SEBRAE;
- proprietários e gerentes - ter informações sobre gestão de negócios (fazer bem feito e gerir bem feito).
- Grupo de troca de experiências (GTE) para incentivar as discussões entre gerentes, proprietários, técnicos e operários rurais.

Algumas inovações / tecnologias.

- Divulgação de estratégias: são formas de unir pessoas e divulgar tecnologias;
- Gestão – gerentes e funcionários
- Práticas e manejo.

Discussões na Plenária

Um dos representantes dos pecuaristas iniciou o debate dizendo que os problemas não são novos, e que no passado já houve tentativa de realizar trabalho de extensão rural e divulgação de tecnologias. Há muitas dificuldades, e como o Pantanal tem pouca gente e é de difícil acesso, acaba ficando à margem das ações governamentais, e desta forma os governos deixam o Pantanal no isolamento. Salientou, ainda, que se a integração, a capacitação e o acesso às informações geradas pela pesquisa são importantes, então de alguma forma deve-se buscar superar as dificuldades.

O responsável pelo grupo lembrou que em seu trabalho no Banco do Brasil teve que fazer um pouco de extensão rural em assentamentos, e percebeu que onde o grupo ou comunidade já tinha identificado um problema central e realmente queria resolver o problema, as coisas andavam mais rápido. Segundo sua experiência, repassar tecnologias como solução para um problema identificado de fora geralmente não funciona. Diante deste fato, o grupo considerou que o primeiro passo seria sensibilizar as lideranças locais para a necessidade de despertar a consciência do próprio produtor para os problemas que vêm enfrentando e estimulá-los a buscar soluções em articulação com os demais.

Na seqüência, um pecuarista comentou que para despertar esta vontade é necessário um trabalho contínuo junto ao produtor, realizado por facilitadores bem treinados, assim como é necessário criar e identificar formadores de opinião em diferentes locais e regiões do Pantanal. Um pesquisador da Embrapa Pantanal lembrou algumas iniciativas deste tipo que ocorreram no passado, tais como o GTE (Grupo de Troca de Experiências), que discutia as boas e más experiências, além de outros problemas e soluções para a pecuária do Pantanal. Outro pesquisador da Embrapa Pantanal também complementou a discussão falando sobre um problema (invasão de pastagens) identificado por produtores rurais de Poconé-MT e por meio de uma oficina de trabalho com diferentes atores (produtores, pesquisadores, legisladores, etc) onde discutiram em conjunto, as estratégias de solução e controle. Um documento foi gerado e encaminhado para diversas Instituições e órgãos relacionados ao tema.

Em seguida, um pesquisador da Embrapa Gado de Corte comentou sobre várias iniciativas dos próprios fazendeiros, indicando a necessidade de avaliá-las e apoiá-las antes de lançar novas experiências. Citou como exemplo que, em 1999, quando estava na Embrapa Pantanal, participou de um programa de ações de fortalecimento da pecuária para “todo” o estado do Mato Grosso do Sul. No entanto, quando as ações foram plotadas no mapa de MS, percebeu-se que o Pantanal não tinha sido contemplado com nenhuma ação. O mais grave é que naquele momento cogitava-se a

mudança do nome do estado para Estado do Pantanal. Este fato, que não é isolado, revela a baixa prioridade que a pecuária pantaneira tem recebido nas últimas décadas. Segundo o mesmo pesquisador, é essencial que as lideranças do estado revejam suas atitudes e canalizem benefícios para os pantaneiros, que sofrem com seca e cheia, entre outras dificuldades, e zelam por um patrimônio de todos.

Um dos pecuaristas fez um histórico do GTE e do seu funcionamento. O GTE foi originalmente formado por grupos de 5 a 10 fazendeiros e funcionava através do Sindicato de Campo Grande. Havia um técnico responsável pela organização dos trabalhos do grupo, e cuidava de assessorar o planejamento das visitas, hospedagem, alimentação, etc. O grupo passava o dia na propriedade escolhida para a visita técnica, onde discutiam experiências, problemas e diferentes soluções. No final definiam o local e os tópicos da próxima visita (encontro). Segundo o relato, de maneira geral os fazendeiros abrem o jogo e contam os problemas reais e suas experiências. No final do ano, todo o grupo tem conhecimento do trabalho e problemas dos demais colegas. O funcionamento do GTE é, portanto, simples e funcional, pois um fazendeiro aprende com o outro (com os erros também).

Outro tópico tratado foi o da agregação de valor à produção do Pantanal. Segundo os vários comentários, para migrar para um sistema de produção mais amigável, haverá a necessidade de mudar as práticas de manejo e a extensão rural terá um papel importante em levar conhecimentos de pesquisa para o produtor. Um pesquisador da Embrapa Pantanal respondeu que a Empresa tem trabalhado principalmente com dois públicos alvo: assentados e pecuaristas. Como há apenas 10 pesquisadores na área de produção, a demanda para extensão rural é grande em relação ao pessoal disponível, e coloca-se o desafio de como fazer para levar o conhecimento até os produtores. Embora a atividade de extensão rural não seja o papel principal do pesquisador, a falta de recursos humanos voltados para atividade de extensão foi discutida. O pesquisador sugere que seja feito um programa de extensão em conjunto com os sindicatos definindo as prioridades. Citou o exemplo do evento sobre Anemia Infecciosa Equina, que foi muito bom e útil para pesquisadores e produtores. Colocou ainda que todo dia chega uma demanda, mas salientou que a pecuária de corte é prioritária no Centro, colocando-se a disposição para auxiliar no que for preciso.

O relator do grupo comentou sobre a atuação do SEBRAE na região Nordeste, como agente de desenvolvimento rural. No Pantanal, deveria ter pessoas treinadas para escolher a melhor forma para fazer extensão rural. Pesquisador da Embrapa Pantanal falou sobre o seu trabalho com transferência de tecnologias em várias fazendas do Pantanal, ressaltando a reciprocidade e interação entre técnicos, peões e fazendeiros. As

tecnologias proporcionaram maior rentabilidade e maior fluxo de caixa e a “peonada” ficou motivada.

A logística na região é difícil e reforça a necessidade de contar com técnicos preparados para a transferência de tecnologias e de discutir com a sociedade os mecanismos de transferência e o financiamento das atividades de extensão. Um pecuarista acrescentou que o produtor rural geralmente paga assistência técnica para atualizar cadastro junto ao BB (Banco do Brasil). O relator complementou que no BB há dificuldades na análise de projetos, já que muitos técnicos só fazem projetos e outros só fazem assistência técnica. Assim, os projetos passam rapidamente e é o proprietário que faz a contratação.

Na seqüência, o presidente do Sindicato Rural de Corumbá comentou que na maioria das vezes os técnicos do BB não têm conhecimento suficiente sobre o cenário do Pantanal, condenando coisas que acham errado por falta de conhecimento específico sobre a região. Ele sugeriu ao BB formar técnicos que tenham maior interação com a região, pois com maior conhecimento fica mais fácil entender a realidade pantaneira e avaliar os projetos de desenvolvimento da região. O relator do grupo, funcionário do BB, contestou informando que o Banco está ciente desta situação e que vem tentando mudar, e que naquele mesmo momento estava ocorrendo um encontro interno dos técnicos e da rede conveniada do BB com o objetivo de encontrar maneiras de melhorar a atuação da instituição no Pantanal. O objetivo do Banco do Brasil é disponibilizar o crédito de forma mais ágil e eficiente, e há consciência de que para isto será necessário adequar seus procedimentos internos, bem como treinar a rede conveniada para que os fluxos se tornem mais ágeis. O mesmo participante informou que o BB está procurando criar uma rede para agilizar a cadeia produtiva de carne no Pantanal, e que todos os atores devem olhar internamente aquilo que atrapalha este objetivo e parar de olhar apenas os problemas externos.

Grupo de Trabalho 3: Falta de valorização da produção ambientalmente correta

Representante – Ivens T. Domingos

Participantes:

- Alexine Kenroghliar
- Antônio Márcio Buainain
- Débora Marques
- Enrique Ortega
- Gumercindo Loriano Franco
- Ivens T. Domingos
- José Crespo
- Marilda R. Santos
- Nilson de Barros
- Roberto Coelho
- Veralice Cuellar

Dr. Ivens, pesquisador do WWF - Brasil e representante do grupo, iniciou a apresentação dos resultados enfatizando a importância de valorizar a pecuária e todas as atividades que contribuem para conservar e divulgar o meio ambiente e cultura pantaneira para sociedade em geral. Como resultado das discussões, o grupo 3 definiu duas grandes linhas de ações estratégicas para estimular a produção local – Valorização do “Ambiente Pantanal” e Valorização dos Produtos Específicos – com foco na pecuária bovina de corte e um conjunto de instrumentos para alcançar os objetivos.

(i) Valorização do “Ambiente Pantanal”

- ✓ Diagnóstico de Potencialidades e Ameaças (Pesquisa) – esta seria uma linha de pesquisa para a Embrapa e Universidades;
- ✓ Organização e mobilização da sociedade civil – esclarecer para a sociedade a respeito do Pantanal, e que esta região é diferente;
- ✓ Ação de negociação e articulação política - Formar grupos para realizar articulação política com o governo, visando desenvolver políticas e legislação diferenciadas para o Pantanal. A política diferenciada deve incluir taxas, isenções e incentivos para a produção e conservação do meio ambiente pantaneiro.

✓ Marketing do “Pantanal” (campanha de fortalecimento). Fazer campanha da marca, de modo que todos os que vivem na região sejam favorecidos pelo fortalecimento da marca Pantanal.

(ii) Valorização dos Produtos Específicos:

✓ Valorizar e fortalecer a Pecuária Bovina Tradicional do Pantanal. Como o principal produto é a carne bovina, é importante identificar as formas para valorizar e fortalecer a pecuária de corte no Pantanal. Para tanto são necessárias pesquisas específicas para encontrar soluções que conciliem a competitividade econômica com a sustentabilidade ambiental.

✓ Diagnóstico: Produtos x Potencialidades x Critérios de Sustentabilidade

✓ Manter as Funções Ecológicas (Pesquisa em Serviços Ambientais). Para o Prof. Dr. Ortega da Unicamp, os pantaneiros têm preservado as funções do ecossistema há mais de 200 anos e agora é necessário valorizar os serviços ambientais para premiar quem está conservando. As informações existentes exigem estudos adicionais para identificar potencialidades que gerem frutos a médio e longo prazo.

✓ Beleza Cênica / Cultura Pantaneira / Fauna / Turismo e Preservação da Biodiversidade. O turismo pode incrementar a rentabilidade das fazendas, mas nem todas possuem condições adequadas para esta atividade.

✓ Alternativas Produtivas Sustentáveis. Apoio à pesquisa e fomento – ficar atento aos nichos de mercado.

✓ Certificação + Rastreabilidade + Qualidade. Para comprovar o manejo ambientalmente correto há a necessidade de comprovação, considerando que o Pantanal é diferente e precisa de políticas diferenciadas.

(iii) Alguns Instrumentos de ação:

✓ Mobilização e organização da sociedade civil (CCBP – Famasul / Acrissul / Sindicatos / SODEPAN / Embrapa / Universidades / ONG's;)

✓ Liderar discussões e articulações políticas para influenciar mudanças e atendimento diferenciado para a região pantaneira. (projetos de lei / taxas diferenciadas / incentivos fiscais, etc)

✓ Marketing (Campanha Regional / Produtos específicos)

✓ Pesquisa e avaliação: diagnóstico de potencialidades (Sistemas Produtivos Sustentáveis)

✓ Pesquisa Capital Ecológico / Serviços Ambientais (Externalidades Negativas “R\$” – Balanço Energético de Sistemas)

✓ Discussão sobre Indicadores e Critérios Sócio-ambientais no Pantanal e análise do balanço energético. O que existe? Quais potencialidades? Fazer um levantamento das pesquisas existentes, como

também identificar as práticas de manejo que os fazendeiros fazem e que são ambientalmente corretas.

✓ Identificar alternativas de Certificação – “Nichos”. Auxiliar na certificação de origem.

Estas foram linhas gerais discutidas pelo grupo. Finalizou dizendo que somente com a união de todos será possível atingir os objetivos.

Discussões na Plenária

Um pecuarista iniciou o debate comentando que o fortalecimento da pecuária tradicional já vem sendo feito, e que já foram geradas várias tecnologias pontuais que, no entanto, não resolvem o problema. Mostrou preocupação em relação à saída dos pantaneiros e à entrada de grandes empresas de fora no Pantanal. Em sua visão, é urgente e inadiável apoiar o homem pantaneiro, que conserva a cultura e o ambiente. Há necessidade de definir formas de como fazer e solucionar estes problemas.

Uma pesquisadora da Embrapa Pantanal lembrou a importância das raças autóctones na região Pantaneira. Destacou que a Embrapa Pantanal trabalha com o bovino Pantaneiro há cerca de 20 anos e está buscando parceiros para ampliar os núcleos de criação, pois atualmente existem apenas dois núcleos com cerca de 500 animais.

O relator do grupo comentou que as estratégias de ação listadas pelo grupo não podem ser implementadas de forma isolada, e que as ações devem caminhar juntas. Na oportunidade, um pesquisador da Unicamp lembrou que a análise econômica tradicional sempre identificou o desenvolvimento com atividades urbanas-industriais, e que ainda hoje não consegue avaliar adequadamente a contribuição do meio rural para o bem-estar social e muito menos a importância do funcionamento dos ecossistemas naturais. Repetiu que o Pantanal não gera apenas produção animal, mas também serviços ambientais que têm custos, arcados pelos produtores, mas não têm sido remunerados. A atividade econômica pode apresentar externalidades negativas e positivas, e que se no passado o sistema de criação extensivo tinha logrado preservar o equilíbrio básico do ecossistema, as pressões atuais colocam em risco a sustentabilidade tanto econômica como ambiental. Para o pesquisador, as alternativas são valorizar os produtos do Pantanal e buscar remuneração pelos serviços ambientais.

Outro pesquisador da Unicamp lembrou a dificuldade de remunerar tais serviços, uma vez que o mercado não o fazia e que tal prática depende de regulamentações, da conscientização da sociedade e do nível de renda. Sustentou a necessidade de verificar a situação dos sistemas pecuários e comparar os produtores tradicionais com os novos. Repassou o site da Unicamp: www.unicamp.br/fea/ortega, onde os interessados podem

encontrar vários materiais didáticos, teses e artigos sobre análise energética e estudos de caso. Acrescentou que participa de um projeto com a Embrapa Pantanal que visa atender parte dos objetivos citados na reunião. Terminou dizendo que a sociedade (global e nacional), através de mecanismos diversos e por meio das instituições adequadas, deve retribuir economicamente aos produtores rurais que conservam o Pantanal pelos serviços ambientais que o ecossistema fornece quando bem preservado, como a manutenção da resiliência e da qualidade do clima, dentre outros. Isso pode ser implementado por meio da certificação energética das propriedades em esquemas participativos.

Na seqüência, um pesquisador da Embrapa Gado de Corte lembrou que 70% do gado abatido pelo frigorífico Friboi vem do Pantanal, ou seja, são animais nascidos no Pantanal (bezerros).

Grupo de Trabalho 4: Infra-estrutura

Responsável: Dr. Roberto Aguilar – Embrapa Pantanal

Participantes:

- Ernande Ravaglia
- Hildeberto Valle Petzold
- Roberto Aguilar Machado Santos Silva
- Roberto dos Santos Rondon
- Romão P. da Silva
- Urbano Gomes Pinto de Abreu

Foram discutidos os seguintes itens: infra-estrutura, estradas e comunicação. Iniciou-se com a problemática dos meios de transportes de gado da região, focando:

1. Melhoria da infraestrutura dos portos;
2. Padronização das lanchas curral e o embarque dos animais em lanchas. O representante do grupo comentou que parte do transporte fluvial é feito por pequenas lanchas (curral), sem qualquer controle e padrões adequados de segurança e manutenção. Salientou que pesquisas estão sendo feitas para melhorar as condições das lanchas. Citou, como exemplo, o transporte de gado de Paiaguás para o porto de Ladário, que leva em média de cinco dias e que quando o gado chega ao destino nos finais de semana é comum permanecerem sem água até segunda-feira. As pesquisas buscam modificações com o auxílio de engenheiros navais para idealizar cochos de água e chuveiros para termo-regulação dos animais, além de

mudanças no piso. Como eles usam óleo diesel, o piso fica escorregadio acarretando diversos tipos de lesões na carne.

3. Aplicação dos recursos do Fundersul no Pantanal (estradas; pontes; construção de aterros). Um pesquisador da Embrapa Pantanal ficou responsável pelas articulações em conjunto com os Sindicatos.
4. Construção de pontes com materiais permanentes (concreto, aço), pois há muitas pontes de madeira que queimam com facilidade.
5. Construção de embarcadores para caminhão ao longo dos aterros e estradas escoadoras, pois há poucos na região.
6. Implantação de um sistema de comunicação móvel para o Pantanal.
7. Implantação da rede elétrica no Pantanal - "Programa luz para todos" .

Dr. Roberto Aguilar ficou responsável pela elaboração dos protótipos de embarcadores e lanchas descritos nas estratégias 1, 2 e 5, enquanto Dr. Urbano ficou responsável pelas estratégias 3, 4, 6 e 7, fazendo articulações via Sindicatos e junto às bancadas políticas da região (frente parlamentar).

Grupo de Trabalho 5: Rentabilidade

Responsável: Joaquim Eugênio Gomes da Silva, relatado por José Carlos Thimoteo Lobreiro

Participantes

- Aldo Ehore Cavagliato
- Dirce Sisuko Soken
- Fabiana Villa Alves
- Joaquim Eugênio Gomes da Silva
- José Carlos Thimóteo Lobreiro
- Jorge Antônio Ferreira Lara
- Larissa P. Borges
- Lizélia Leite Crivelini
- Leonardo Leite de Barros
- Pedro Luiz de Souza Lacerda

O grupo, formado por oito pessoas, definiu responsáveis para cada uma das ações e para isto serão feitos contatos via e-mail. Abaixo constam as principais estratégias discutidas e os respectivos responsáveis para articulação.

1. Estreitar laços da cadeia produtiva. Responsáveis: Dirce Soken e Larissa P. Borges;
2. Estímulo ao associativismo - promover o aumento da rentabilidade. Responsáveis: Pedro Luiz de Souza Lacerda e Leonardo de Barros;
3. Estimulo à certificação e à tipificação. Os produtores devem sentir-se motivados. Responsáveis: Larissa Larissa P. Borges e José Carlos Thimoteo Lobreiro;
4. Estímulos e incentivos para formação de alianças estratégicas. Ex: Associação dos criadores de produção orgânica. Responsável: Leonardo de Barros;
5. Estímulo ao fortalecimento da credibilidade do produto (identidade do produto) – Quando a imagem é vista com muita frequência, a marca fica conhecida. Ele citou o exemplo do arroz agulhinha tio João e tio Urbano. Dentro da linha, há a necessidade da obtenção da padronização do produto em termos de quantidade e qualidade. Pecuarista exemplificou como se conseguiu a qualidade do arroz agulhinha, que surgiu há cerca de 15 anos, a partir de pesquisas, etc. Responsável: Jorge Lara e Fabiana Villa Alves;
6. Estímulo à busca do produto padronizado. Responsável: Jorge Lara e Fabiana Villa Alves;
7. Informação ao consumidor sobre o produto, iniciando pelas crianças. Responsável: Jorge Lara e Fabiana Villa Alves;
8. Desoneração de impostos sobre produção. Responsável: Pedro Luiz de Souza Lacerda;
9. Desoneração de impostos da legislação trabalhista. Responsável: Pedro Luiz de Souza Lacerda;
10. Melhoria dos índices de produtividade. Começar a preocupar-se com a qualidade do produto. Responsável: José Carlos Thimoteo Lobreiro;
11. Estímulo à qualificação da mão de obra. Responsável: Lizélia Leite Criveline;
12. Estímulo ao profissionalismo da gestão. Responsável: Dirce Soken;
13. Estimular a diversificação da propriedade. Responsável: Lizélia Leite Criveline;
14. Rentabilizar os ativos ambientais. Responsável: Joaquim E. Gomes da Silva.
15. Estímulo ao marketing pós-venda. Preocupar-se com a imagem do produto junto à comunidade. Responsável: Lizélia Leite Criveline.

Após o término do debate, a Comissão encerrou o Workshop com a apresentação de um diagrama (Figura 4), onde constam os grupos formados

por tema e os respectivos coordenadores de cada grupo. Cada um responderá pela continuidade das discussões. Para tanto, foram definidas algumas das ações futuras.

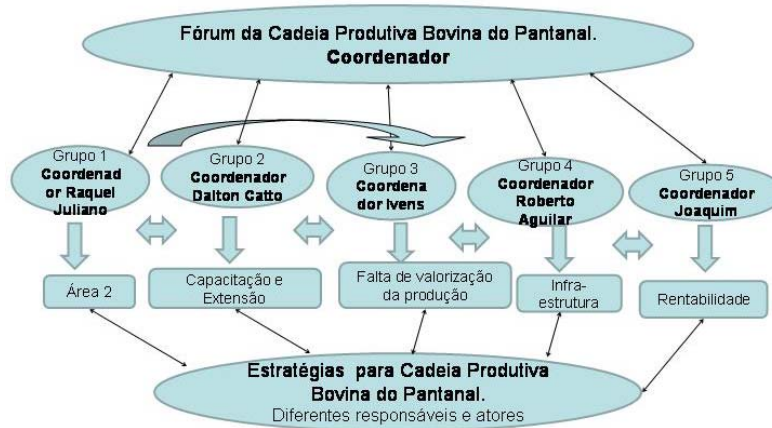


Figura 4. Diagrama mostrando os problemas priorizados durante o Workshop com o nome dos respectivos coordenadores

Ações Futuras e Participativas

- Final de Janeiro - enviar contato dos participantes;
- Fevereiro de 2008 – enviar para todos o documento para revisão
- Março de 2008 - enviar carta para encaminhamento do documento para diferentes órgãos/instituições;
- Março de 2008 – enviar endereço e detalhes sobre o Fórum e Documento final para concordância;
- Dinâmica – a continuidade do processo dependerá das ações e participação de cada um;
- A partir de abril 2008 – jornal eletrônico sobre a Cadeia;
- CPP – Organizar evento similar no MT
- CPP/Embrapa Pantanal - Organizar reuniões/oficinas com temas sobre extensão, falta de valorização da produção ambiental correta, infra-estrutura, rentabilidade (desorganização da cadeia).

Conclusões

O primeiro Workshop da Cadeia produtiva bovina do Pantanal Sul-Mato-Grossense reuniu atores de toda a cadeia -- pecuaristas, industriais, pesquisadores, professores, militantes, funcionários públicos e sindicalistas e os debates sobre obstáculos e potencialidades contribuíram para definir tanto os principais problemas que afetam a sustentabilidade da cadeia produtiva bovina como para indicar algumas estratégias para enfrentá-los e superá-los. Os participantes sugeriram um conjunto de metas a serem cumpridas nos próximos meses e concordaram que progresso e implementação das metas depende de um processo contínuo e compartilhado de intercâmbio e de ações envolvendo todos os atores da cadeia. Para atingir este objetivo, uma das ações futuras será a criação de um Fórum de discussão permanente, onde cada problema principal teria um coordenador com o papel de mobilizar os atores envolvidos, de modo que as metas sejam alcançadas.

Anexos

Grupo de Trabalho 1 : Conservação**Participantes:**

- Alexine Keuroghlian (Facilitadora)
- Débora Marques
- Dirce Soken
- Enrique Ortega
- Ivens T. Domingos
- José Crespo
- Marilda R. Santos
- Marivaine Silva Brasil
- Pierre Girard
- Ricardo Pinheiro Lima
- Roberto Galeano
- Suzana M De Sallis
- Veralice Cuellar

CONSERVAÇÃO		
Classificação	Problemas	No. de votos
1	Uso inadequado dos recursos naturais (desmatamento, manejo do fogo, sobrepastejo, substituição de pastagens nativas, etc.).	8
2	Impactos de atividades do entorno do Pantanal afetando os recursos hídricos, etc. (Assoreamento, diminuição de fontes de água, poluição, etc.).	6
2	Falta de integração entre produção, pesquisa e extensão.	6
2	Falta de pesquisa e apoio (político/financeiro) para alternativas sustentáveis.	6
3	Falta de identificação geográfica (marca Pantanal, certificação).	2
3	Perda do conhecimento tradicional/falta de valorização do conhecimento local.	2
3	Falta de organização/coordenação da cadeia produtiva	2
4	Leis e normas confusas (código florestal, limpeza de campo, rastreabilidade, morosidade do licenciamento, fiscalização e intervenção, incêndios, etc.)	1
4	Competição com os produtores de carne que usam ração	1
4	Desconhecimento dos efeitos da mudança climática no Pantanal	1

Grupo de Trabalho 2 : Produção**Participantes:**

- Aldalgiza Campolin – Facilitadora
- Antonio do Nascimento Rosa
- Augusto
- Emilio C. M. Barros
- Gumercindo L. Franco
- Hildeberto Valli Petzold
- Joaquim E. Gomes da Silva
- Leonardo Leite de Barros
- Luis Carlos
- Luiz G. Lacerda
- Marcelo Couto Silva
- Pedro Luiz de Souza Lacerda
- Roberto Coelho
- Silvia Maria Fonseca Silveira M.
- Thiago Arantes
- José Carlos Thimoteo Lobreiro

PRODUÇÃO		
Classificação	Problemas	No de votos
1	Baixa rentabilidade	7
1	Manejo inadequado (baixos índices zootécnicos)	7
2	Falta de produto acabado	6
2	Infra-estrutura (transporte, comunicação, energia, etc.)	6
3	Inexistência de extensão rural	5
4	Falta de linhas de crédito	3
5	Falta de agregação de valor aos produtos	2
6	Falta de cultura associativista	1
6	Falta de certificação	1
7	Falta marca do produto	
7	Diversidade de sistemas produtivos e nível tecnológico	
7	Condições climáticas extremas	
7	Legislação ambiental inadequada	

Grupo de Trabalho 3: Comercialização e Industrialização**Participantes:**

- Roberto Aguilar - facilitador
- Aiesca O. Pellegrin
- Aldo Ehore Cavagliato
- Antonio Buainain
- José Aníbal Comastri Filho
- Fabiana Villa Alves
- Jorge Antonio F. Lara
- José Antonio
- Larissa P. Borges
- Nelson Canuto
- Nilson de Barros
- Paulo E. Martins
- Roberto Barcellos

COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO		
Classificação	Problemas	No de votos
1	Transporte e malhas viárias	14
4	Padronização da matéria-prima (tipificação e idade)	7
3	Rastreabilidade e Certificação	6
5	Ausência de marca	4
7	Comercialização (normatização)	4
2	Qualificação da mão-de-obra	3
2	Sanidade do rebanho e segurança do alimento	2
6	Política pública e tributária	2
7	Diversificação do produto final	

Grupo de Trabalho 4: Apoio**Participantes:**

- Ernande Ravaglia – facilitador
- José Ubirajara Coelho Jr.
- Dalton Francisco Catto
- Dirce Soken
- Evander Vendramini
- Irajá Loureiro
- Jober Prado Guimarães
- Hélio Ximenes
- José Roberto
- Márcia Furlan
- Marco Antonio Barros
- Romão P. da Silva
- Raquel Soares
- Roberto Rondon
- William Arruda

APOIO		
Classificação	Problemas	No de votos
1	Viabilização das hidrovias (Taquari)	9
2	Manutenção de estradas e pontes	8
3	Desvinculação do crédito e a assistência técnica	7
4	Ausência da integração pesquisa e extensão Falta capacitação do trabalhador rural Falta de capacitação do produtor	6
5	Pontos de apoio ao transporte (“postos de atendimento ao usuário”)	2
6	Desconhecimento das linhas de crédito	1
7	Falta de rede elétrica	
7	Escassez de escolas, locais para assistência médica e odontológica	
7	Burocracia para conseguir o crédito	
7	Má gestão do crédito	
7	Reabilitação das ferrovias	

Lista de participantes

Aiesca Pellegrin
Embrapa Pantanal
aiesca@cpap.embrapa.br

Aldalgiza Campolin
Embrapa Pantanal
alda@cpap.embrapa.br

Aldo Ehore Cavagliato
Universit  di Torino
aldoehore.cavagliato@unito.it

Alessandro Carlos Silva
Embrapa Sede
alessandro.silva@embrapa.br

Alexine Keroghlian
WCS - Uniderp
alexinek@hotmail.com

Antonio Buainain,
Unicamp - Instituto de Economia,
buainain@gmail.com;
buainain@eco.unicamp.br
(19) 8189-3054

Antonio do Nascimento Rosa
Embrapa Gado de Cortel
anrosa@cnpq.embrapa.br
(67) 3368-2035

Antonio Marcos Teixeira dos Santos
AMT dos Santos - ME
tonilivia@hotmail.com

Arnaud Desbiez
RZSS/Embrapa
arnaud@cpap.embrapa.br

Celino do Espírito Santo
Sindicato Rural Corumbá
livia_proenca23@yahoo.com.br

Cleto Leite de Barros
Sindicato Rural Corumbá

Dalton Francisco Catto
Banco do Brasil
daltoncatto@bb.com.br

Daniela dos Santos
Embrapa Pantanal
daniela@cpap.embrapa.br

Débora Marques
Embrapa Pantanal
marques@cpap.embrapa.br

Dirce Soken
UFMS/DCS
dsoken@uol.com.br

Gumercindo L. Franco
UFMS/FAMEZ
gumercindo@nin.ufms.br

Elias Menezes
INCRA

Hélio Ximenes
Terminal Boiadeiro de Ladário
(67) 3226-1557

Emilio C. M. Barros
Sindicato Rural Corumbá
emilioc@terra.com.br

Hildeberto Valli Petzold
Embrapa Pantanal
petzold@cpap.embrapa.br

Enrique Ortega
Unicamp
ortega@fea.unicamp.br

Irajá Loureiro
Pantagro

Ernande Ravaglia
Embrapa Pantanal
ernande@cpap.embrapa.br

Itamar Sales
Embrapa Sede
sales@sede.embrapa.br

Evander Vendramini
Câmara Municipal
evandervendramini@yahoo.com.br

Ivens T. Domingos
WWF - Brasil
ivens@wwf.org.br
(67) 3325-0087

Fabiana Villa Alves
Unemat
fvalves@esalq.usp.br

Joaquim E. Gomes da Silva
Produtor Rural
paiol.pant@ibest.com.br

Fernando Soreno

Joberto Prado Guimarães
WCS - Uniderp
jpecbrazil@hotmail.com

Jorge Antonio F. Lara
Embrapa Pantanal
chcn@cpap.embrapa.br

Leonardo Leite de Barros
ABPO
virtut@terra.com.br

Jorge Cochamanidis

Lívia Espírito Santo Rosa
Faculdade Salesiana de Sta. Teresa
livia_proenca23@yahoo.com.br

José Aníbal Comastri Filho
Embrapa Pantanal
comastri@cpap.embrapa.br

Lizélia Leite Crivelini
Prefeitura Mun. Corumbá
lizeconomista@hotmail.com

José Carlos Thimoteo Lobreiro
Fazenda Millenium
thimoteolobreiro@uol.com.br
(67) 3029-4595

Luciano Leite
Zootecnista

José Crespo
WWF - Bolívia
jcrespo@wwf.bolivia.org

Lucio Alves de Souza
Marinha
lucioass@yahoo.com.br

José Ubirajara Coelho Jr.
Agraer/Colaborador Mun.
coelhojrms@bol.com.br

Luis H. Witzler
IBD
alemaowitzler@uol.com.br

Julio Cesar de Sousa
Socil
juliocesar.sousa@bol.com.br

Luiz G. Lacerda
Produtor Rural

Larissa P. Borges
Friboi
larissaborges@cpq.jbs.com.br

Marcelo Couto Silva
Instituto Gênese
mcsrba@hotmail.com

Marcelo Monteiro Ikeda
Ok Distribuidora
marcelo_ikeda17@hotmail.com

Marivaine Silva Brasil
UFMS
marivaine@ceuc.ufms.br

Marcelo Wanderley Filho
Sec. Des. Agropecuário
marcelinhowanderley@terra.com.br
(67) 9965-8195

Nelson Guimarães
Tortuga
nelsoncanuto@yahoo.com.br
nelson.canuto@tortuga.com.br

Márcia Furlan
Embrapa Pantanal
furlan@cpap.embrapa.br

Nilson de Barros
UFMS
equival@nin.ufms.br

Márcia Toffani Soares
Embrapa Pantanal
mtoffani@cpap.embrapa.br

Norbert Edward Hesselm
INCRA
norbert.hesseln@cpe.incra.gov.br

Marco Antonio Barros
Prefeitura/SEDA
kikodebarros@ibest.com.br

Oseas Felipe Nascimento
UFMS
oseas.zootecnista@yahoo.com.br

Maria de Lourdes
Produtor Rural
lou.ags@ig.com.br

Paulo E. Martins
Friboi
pauloegues@cpg.jbs.com.br

Marilda R. Santos
Famasul
marilda@famasul.com.br
(67) 3326-6211

Pedro Gomes Martins
Grupo JBS - Friboi
pedrogomes@cpj.jbs.com.br
(67) 3363-7326
(67) 2107-2545

Pedro Luiz de Souza Lacerda
Sindicato Rural Corumbá
pedro.luiz.lacerda@terra.com.br
(67) 3231-4440
(67) 9225-6086

Pery Miranda Filho
Médico Veterinário
perymf@bol.com.br

Pierre Girard
CPP
pierreg@ufmt.br

Raquel Juliano
Embrapa Pantanal
raquel@cpap.embrapa.br

Regina Célia Rachel
Embrapa Pantanal
regina@cpap.embrapa.br

Regina Proença do Espírito Santo
Sindicato Rural Corumbá
livia_proenca23@yahoo.com.br

Ricardo Pinheiro Lima
Ibama
ricardo.lima@ibama.gov.br

Richardo Infiesta Zulim
Ok Distribuidora
zulim@terra.com.br

Roberto Aguilar
Embrapa Pantanal
roberto.aguilar1@terra.com.br

Roberto F. Coelho
Fazenda S. Francisco
sanfco@terra.com.br

Roberto Galeano
UFMS
rdgaleano@uol.com.br
molgaleano@uol.com.br

Roberto S. Rondon
Embrapa Pantanal
(67) 3231-8623

Rodrigo Mello

Rogério Fratari
"Navimix"
rogeriofratari@yahoo.com.br

Romão P. da Silva
Caminhoneiro
(67) 9956-0238
(67) 3231-1426

Sandra Aparecida Santos
Embrapa Pantanal
sasantos@cpap.embrapa.br

Virgínia Mello

William Arruda
Tortuga

william.neto@tortuga.com.br

Sandra Mara A. Crispim
Embrapa Pantanal
scrispim@cpap.embrapa.br

Wilson Cavalcanti de Moraes
Sindicato Rural Corumbá
(67) 3231-8273

Silvia Maria Fonseca Silveira M.
Embrapa Informática
silvia@cnptia.embrapa.br

Suzana M. Sallis
Embrapa Pantanal
smsalis@cpap.embrapa.br

Thiago Arantes
Sodepan
sodepan@sodepan.org.br

Thierry Tomich
Embrapa Pantanal
chpd@cpap.embrapa.br

Urbano Abreu
Embrapa Pantanal
urbano@cpap.embrapa.br

Veralice Cuellar
WWF- Bolívia
vcuellar@wwfbolivia.org

